

## **SOBRE MEMÓRIAS E CONFLITOS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UM ACERVO DIGITAL SOBRE HISTÓRIA INDÍGENA.**

Carlos Barros Gonçalves<sup>1</sup>  
Thiago Leandro Vieira Cavalcante<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO – SOBRE PRESENCAS E AUSÊNCIAS**

Com o nome de “índios” os diferentes povos do país – de hoje e já extintos – são agrupados, homogeneizados; encobertam-se suas identidades étnicas e suas histórias. Nos dias atuais, a utilização generalizada da palavra “índio” é também negadora de políticas públicas específicas aos diferentes povos<sup>3</sup>. Contra essa generalização, os diversos povos do país têm se levantado e reivindicado suas próprias histórias, seus protagonismos. No que se refere à escrita da história brasileira e a da América Latina, grosso modo, os povos indígenas não são considerados como atores históricos na construção da história da América colonial ou pós-independência.

Sobre essa perspectiva histórica colonialista e de “encobrimento” dos povos originários, o antropólogo e historiador Jorge Eremites de Oliveira afirmou que

[...] este encobrimento tem a ver com múltiplas estratégias de deliberadamente ignorar e omitir o fato de os indígenas serem atores sociais plenos. E mais, que são sujeitos e protagonistas da história deste continente desde muitos milênios antes dos invasores europeus cruzarem o Atlântico em suas caravelas. No caso do Brasil, excluí-los de qualquer período da história, sobremaneira desde os tempos da América Portuguesa até os dias de hoje, seja do ponto de vista econômico,

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFPR. Especialista em Patrimônio cultural e gestão documental. Professor do Curso de História da UFGD. Coordena, desde 2017, o Centro de Documentação Regional UFGD.

<sup>2</sup> Doutor em História pela UNESP/Assis. Professor do Curso de História da UFGD.

<sup>3</sup> Por outro lado, Jorge Eremites de Oliveira, ao tratar sobre a constituição do campo da História Indígena em Mato Grosso do Sul, afirmou que “se no passado o termo ‘índio’ foi atribuído por engano aos habitantes nativos das Américas, hoje em dia expressa certa identidade comum ou indianidade para os povos originários que aqui habitam” (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 186).

social, cultural ou político, é simplesmente negar sua existência (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 187).

No tocante a essa “ausência”, há pouco mais de quatro anos o historiador Natalino dos Santos tornou a publicar um artigo no qual questionou, entre outras coisas, o porquê da ausência de pesquisas e de disciplinas sobre os povos indígenas em grande parte das universidades públicas brasileiras. (NATALINO, 2014) Mesclando sua trajetória escolar e profissional, ilustrou como, de maneira geral, em diversos momentos a justificativa para a não realização de pesquisas (ou a pouca quantidade delas) sobre os povos indígenas era a falta de fontes, de documentos; daí o ensino (quando há) nas escolas de educação básica ser assentado em clichês e pré-conceitos para com esses povos. Na sua narrativa, o autor apontou como descobriu a enormidade de estudos, pesquisas e publicações a respeito dos indígenas do Brasil e da América Latina, fruto do intenso trabalho de antropólogos, historiadores, arqueólogos, entre outros, mas que essa constatação o levou à outra pergunta: o porquê da não existência de disciplinas específicas sobre história indígena nos cursos de graduação e de pós-graduação em História das universidades públicas? A essa altura de sua narrativa, Eduardo Natalino descreveu que a justificativa que o mesmo encontrou era, na verdade, uma falácia: a de que não se produziam pesquisas sobre os povos indígenas devido à escassez documental, sobretudo, de fontes impressas.

É certo que muita coisa já foi produzida sobre uma “história indígena” ou sobre os povos indígenas no país. Mas, há ainda muito a ser feito, pois além da realização das pesquisas é preciso fazer com que as mesmas cheguem ao grande público, às escolas. Há aqui uma enorme dificuldade. E se considerarmos os locais onde não há grupos de pesquisas, cursos de graduação ou qualquer outro meio que propicie tais abordagens, o desafio é ainda maior.

Contudo, há as potencialidades da pesquisa virtual para o acesso a fontes documentais ou bibliográficas. Há arquivos, bibliotecas ou entidades de apoio aos povos indígenas, que disponibilizam documentos, estudos, dados sobre os povos indígenas, facilmente acessadas<sup>4</sup>. Há ainda diversos acervos físicos de pesquisa (sem consulta virtual) espalhados pelo país, em especial os

---

<sup>4</sup> Alguns exemplos: ISA – Instituto Socioambiental; Biblioteca Curt Nimuendaju; Arquivo Nacional; Biblioteca Nacional; Museu Emilio Goeldi; Museu do Índio; CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

ligados a instituições de pesquisa, como universidades, centros de documentação e museus.<sup>5</sup>

Outro fator a se considerar, no caso das fontes impressas, é que há muita documentação não colocada à disposição, ou em péssimas condições, de/para consulta pública. É o caso de documentos cartoriais, dos órgãos de saúde, escolares, eclesiásticos e, sobretudo, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em suas diversas unidades regionais atuais e do passado.

Em Mato Grosso do Sul (MS), em particular na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), muito já foi feito, escrito, publicado. Há diversos grupos de pesquisa na área das Ciências Humanas e mesmo em áreas como a da Saúde que têm se dedicado a escrever sobre e com os povos do Estado<sup>6</sup>. A UFGD conta ainda com uma Faculdade Intercultural Indígena, criada em 2012, e que tem desenvolvido importantes ações no Estado, em especial com e sobre os Kaiowá e os Guarani.

Especificamente sobre a graduação em História, a atual UFGD, em tempos ainda de Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), foi a primeira universidade pública do país a criar uma linha de pesquisa de pós-graduação em “História Indígena”. Em 2019, completam-se 20 anos dessa iniciativa<sup>7</sup>. Talvez, por essa realidade particular, nos pareça menos difícil falar em pouca produção historiográfica sobre os povos indígenas, mas, essa não é a realidade da maioria das cidades brasileiras, em especial a dos maiores centros.

Nesse sentido, é que a escassez documental, como bem apontada pelo professor Eduardo Natalino, é uma falácia. Contudo, é plausível afirmarmos que existe uma carência de acervos documentais abertos ao grande público a respeito dos povos indígenas do país, em especial os produzidos pelos órgãos estatais ou de relação direta com o poder público.<sup>8</sup> A questão

---

<sup>5</sup> Em 1994, por exemplo, John Manuel Monteiro organizou o Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros. O guia reúne informações sobre acervos localizados em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal.

<sup>6</sup> Segundo o Censo do IBGE 2010, o Estado abriga mais de 70 mil indígenas, das etnias Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva, Terena, Kadiwéu, Guató, Ofayé, Kinikinau e Atikum.

<sup>7</sup> Jorge Eremites de Oliveira, atualmente professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel, no artigo A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul, publicado na Revista Espaço Ameríndio (2012), apresenta como se constituiu esse campo de estudos em MS, relatando aspectos sobre a constituição da Linha História Indígena na atual UFGD. Essa universidade surgiu do desmembramento do campus de Dourados da UFMS em 2005.

<sup>8</sup> O Museu do Índio, órgão da FUNAI com sede na cidade do Rio de Janeiro, se destaca na disponibilização de acervos sobre o indigenismo brasileiro referentes ao período anterior a 1967.

central é considerar, diante desses acervos, os diferentes povos como agentes históricos e propor às fontes questionamentos que privilegiam esse protagonismo. Trata-se aqui de uma posição política. Nesse âmbito ressaltamos uma constatação de Eduardo Natalino que pode ser aplicada a outras cidades brasileiras; ao comentar sobre a formação de professores e o ensino de História a partir das apresentações de trabalhos no encontro nacional da Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH) em 2013, esse autor destacou:

[...] o que talvez esse colega não tenha percebido é que essas escolhas estão fundamentadas em pressupostos teóricos e projetos políticos, os quais terminam por afetar, com maior ou menor intensidade, a visão que nossa sociedade tem dos grupos escolhidos ou renegados pelos historiadores. Isso porque os cursos de graduação em História das universidades públicas paulistas são responsáveis, direta ou indiretamente, pela formação da grande maioria dos professores que atuam no ensino médio e fundamental ‘de São Paulo’ (NATALINO, 2014, p. 18).

Aqui se encontra a perspectiva que cimenta a necessidade de investir na constituição e organização de acervos documentais a respeito/sobre a história dos índios no país. Somente por meio da consideração desse protagonismo indígena na história é possível investir nessa atividade e, por outro lado, somente a partir dessa investida é possível questionar as diferentes fontes documentais.

## ACERVOS DOCUMENTAIS E HISTÓRIA INDÍGENA

Documento, para os historiadores, são todos os vestígios que possibilitam apreender a ação humana no tempo e no espaço. Nessa concepção contemporânea tudo é, ou tudo pode ser documento. Já os acervos, em seu sentido amplo, são definidos como a “totalidade de documentos de uma entidade custodiadora”. Tais documentos, quando portadores de características comuns e reunidos intencionalmente dão origem a uma coleção; já quando foram “produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas funções, independentemente da natureza de seus suportes”<sup>9</sup> são considerados documentos de arquivo (NOBRADE, 2006, p. 14). Dessa forma, uma entidade custodiadora, como um

<sup>9</sup> Suporte: material no qual foram registradas as informações, ex. papel, plástico, couro etc.

centro de documentação, pode abrigar em seu acervo coleções e documentos de arquivo. É o caso do Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD)<sup>10</sup> que a partir do projeto *Memórias em conflitos* abrigará, no interior da Coleção Temas Indígenas, a Seção *Documentos da FUNAI de Ponta Porã*, formada de documentos do arquivo institucional do referido órgão estatal.

Os arquivos são, por excelência, as oficinas dos historiadores; mas também acessados por outros profissionais como antropólogos, advogados, sociólogos entre outros. Os arquivos são depositários de materiais que possibilitam reconstituir a vida, institucional ou biográfica, e conferir um tipo de ordem ao mundo.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, ao mencionar os anos anteriores a 1970, quando imperava a ideia de que os povos indígenas “não teriam futuro”, pois seriam extintos pelo inexorável “avanço do capital”, relembrou o desinteresse dos historiadores pelo estudo de uma história indígena, sentimento que advinha de uma dupla reticência metodológica: a falta de fontes escritas/produzidas pelos próprios indígenas e a abundância de fontes escritas por terceiros, ou seja, “missionários, viajantes, administradores, colonos, intermediários com interesses próprios e antagônicos aos das populações indígenas” (CUNHA, 2009, p. 125). Mas, atualmente, passados esses e outros receios metodológicos, sabe-se que os povos indígenas “têm futuro: e portanto têm passado” (CUNHA, 2009, p. 126). A quase totalidade das fontes em tratamento no projeto *Memórias em conflito* encontra-se nessa categoria, a de serem fontes intermediárias, ou produzidas por intermediadores: A FUNAI e os agentes diretamente ligados a ela. Considerando a totalidade dos documentos, pouca coisa foi produzida pelos próprios Kaiowá e Guarani, como abaixo-assinados (sendo a maioria das assinaturas a marca do polegar), cartas e bilhetes (em sua maioria escritos à caneta e em folhas de cadernos) denúncias, relatórios, listas de alimentos e atas.<sup>11</sup>

Com esse perfil, uma das primeiras características a serem consideradas pelos futuros usuários dessa documentação é que se trata de vestígios produzidos no contexto de uma política indigenista, que desde o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e prosseguindo com a FUNAI, esteve atrelada ao Estado e seus interesses, ou de maneira mais específica, aos

---

<sup>10</sup> O CDR foi criado em 1983 e desde então coleciona documentos relativos ao Centro Oeste brasileiro e à Bacia Platina. Endereços <https://www.ufgd.edu.br/setor/cdr/index> ou <https://www.facebook.com/cdrfchufgd/>

<sup>11</sup> Tais documentos apresentam, no entanto, grande valor para a pesquisa histórica.

grupos políticos e econômicos que formam a base de mando do/no próprio Estado. Seguindo esse raciocínio é possível considerar que

[...] o arquivo jamais é dado; à primeira vista, seu regime de funcionamento é opaco. [...] o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional; ele é, em suas próprias materialidades e diversidades, organizado por seu campo social. O arquivo não é um simples documento do qual são retirados os referentes; ele permite uma leitura que revela dispositivos, configurações significantes (GUILHAUMOU; MALDIDIER; ROBIN, 2016, p. 116).

Os documentos de arquivo não são, ou foram, meramente peças que possibilitaram o funcionamento de uma máquina burocrática empresarial, estatal, despidos de qualquer relação com a época, o tempo e o espaço de sua produção. Daí que qualquer usuário que venha fazer uso desse tipo de documentação deve munir-se, anteriormente, do conhecimento a respeito do evoluir histórico da estrutura burocrática da entidade/órgão produtor. Buscar informação, por exemplo, das mudanças de nomenclatura e competências das repartições ao longo do tempo, dos grupos políticos governamentais – no caso de arquivos públicos – com interesse direto no funcionamento do órgão, das hierarquias administrativas (que explicarão o caminho dos documentos de comunicação como ofícios, memorandos etc.), pois tais mudanças ou estruturas se fazem sentir na documentação resultante da atuação de cada órgão (BACELLAR, 2010, p. 44). Somando a isso, o contexto social mais amplo para o recorte temporal que se pretende investigar. No caso do *Memórias em conflitos* – apesar da grande quantidade de material bibliográfico disponível no próprio CDR/UFMG sobre FUNAI – a seção documental contará com um guia que auxiliará o pesquisador a situar os documentos em seu contexto documental de produção e de finalidade.

O acesso à documentação sobre os povos indígenas, como o objetivado com o *Memórias em conflitos*, é o que permite a reflexão e a construção de uma história indígena. A história indígena é importante politicamente e adquire uma imediata utilidade jurídica (ainda mais num contexto de constantes ataques aos direitos dos povos tradicionais) no acionamento dos mecanismos jurídicos e políticos na defesa de seus direitos, em especial, de luta pela terra (CUNHA, 2009, p. 126). Essa história indígena possibilita também “o resgate da dignidade que não se pode esquecer”. Contar, provar a existência, a vida, a identidade. É assim que se pode produzir, entre

outros, materiais didáticos, instrucionais, lúdicos que contam e recontam de si mesmo e dos outros. Afirmar a existência. A vida.

Por história indígena, compreende-se, então, o estudo que busca redimensionar o papel dos diferentes povos em suas trajetórias históricas e socioculturais, desde o período pré-colonial aos dias atuais (EREMITES DE OLIVEIRA, 2012, p. 190). Outra possibilidade que o projeto *Memórias em conflitos* comporta é o estudo sobre uma História do Indigenismo, ou seja, a respeito dos movimentos/ações organizadas e destinadas aos povos indígenas; este pode ser o oficial, formulado e executado pelo Estado, ou o praticado por organizações não governamentais como ONGs, entidades religiosas, entre outras<sup>12</sup>. Essa documentação abriga, por exemplo, cartas e bilhetes de indígenas que contém informações sobre a atuação de organizações não estatais no sul de MS; além de documentos produzidos pela própria FUNAI e que atestam a rede de relacionamentos deste órgão com outras organizações que atuaram em conjunto ou próximas às ações do Estado junto aos indígenas da região.

Embora a maioria dos documentos seja de cunho administrativo – gerados nessa orla – é possível se perguntar sobre o protagonismo/ação dos indígenas em tais páginas. É uma documentação complexa. Não retrata simplesmente a história do indigenismo, ou do órgão indigenista, tampouco somente a história dos índios, mas são indissociáveis, pois não há como negar que, da temporalidade mais recente dos povos indígenas, a FUNAI é parte quase inseparável.

Retomando Manuela Carneiro da Cunha, “quem foram os protagonistas reais da questão indígena nos diferentes períodos – ‘e espaços’ – da história do Brasil e quais suas peculiaridades?” (CUNHA, 2009, p. 130, Aspas). A esse questionamento, especificamente à parte sul do atual MS, a documentação do *Memórias em conflitos* ajudará a compreender.

Com o nascimento do movimento indígena, em diversos locais do país, em anos anteriores à Constituição de 1988 e, após a promulgação da Carta Magna e a consolidação dos movimentos indígenas na década de 1990, junto com a conquista do direito à diferença/identidade étnica e do direito ao território (hoje mais ameaçado do que nunca), é possível pensar/estudar o estabelecimento de relações menos assimétricas entre índios e não índios.

---

<sup>12</sup> Sobre a conceituação dos campos “História Indígena” e “Etno-história” conferir Cavalcante (2011) e Eremites de Oliveira (2012).

Contudo, para a maior parte da documentação trabalhada no *Memórias em Conflito*, trata-se de fontes produzidas por uma engenharia burocrática estatal na qual, sujeitos não índios detinham o poder da palavra (sua escrita e leitura) e de outro lado, o sujeito desprovido desse poder. Não se trata aqui, simplesmente, de colocar o indígena numa situação de vítima apenas, sobretudo por se tratar de documentos produzidos em uma época desfavorável à manutenção dos territórios indígenas (1970/1980), mas, de reafirmar que esse domínio da escrita e dessa engenharia administrativa deve ser considerado por aqueles que vierem a se debruçar sobre tal documentação, ou seja, de que a mesma foi, antes mesmo de sua impressão, carregada de relações de poder desiguais, assimétricas.

Ter em conta que essa documentação foi impressa pela “hegemonia das regras institucionalizada do polo dominante sobre o polo dominado” e, sendo assim, trata-se de fontes documentais que apresentam, na sua superficialidade, um “diálogo/contacto desigual comprometido pelas regras do discurso dominante” e nesse momento, com grande predomínio da FUNAI (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 225, *Apud* BAINES, 2012, p. 34)<sup>13</sup>.

### **O NASCIMENTO E PRIMEIROS PASSOS DO *MEMÓRIAS EM CONFLITO***

A ideia de digitalizar parte da documentação do arquivo da FUNAI de Ponta Porã<sup>14</sup> surgiu no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “História e etnografia indígena regional: levantamento de fontes orais, áudio-visuais e escritas para uma história e etnografia indígena regional do século XIX à atualidade” que perdurou de 2010 a 2016, tendo como coordenadora a Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup> Graciela Chamorro (UFGD). Esse projeto integrava diversos pesquisadores e estudantes de graduação e de pós-graduação cujas áreas de estudo estavam relacionadas à temática indígena regional. Foi assim que, no segundo semestre de 2013, foram feitos os primeiros contatos com a equipe administrativa da Regional FUNAI de Ponta Porã, para que parte da documentação que abordasse as disputas de terras no Estado de Mato Grosso

<sup>13</sup> Atualmente, embora seja a FUNAI o principal braço estatal, pós-Constituição de 1988 e com o crescimento dos movimentos indígenas, e a descentralização do Estado, os mesmos passaram a estabelecer relações com outras entidades do próprio Estado como o Ministério Público, Ong's, aparelhos dos estados e dos municípios, ministérios da Saúde, Educação, Cultura, bem como de organismos internacionais de defesa dos Direitos Humanos (BAINES, 2012, p. 36).

<sup>14</sup> Ponta Porã (ponta bonita) é um município sul-mato-grossense que faz divisa com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero; trata-se de uma cidade gêmea com pouco mais de oitenta mil habitantes. Está distante cerca de 120 quilômetros da cidade de Dourados, onde se localiza a UFGD.

do Sul pudessem ser levadas até o Centro de Documentação Regional da UFGD, para ser devidamente higienizada, acondicionada e, por fim, digitalizada.

À época foi firmado um Termo de Empréstimo entre a equipe do referido Projeto de pesquisa, em especial a Professora Graciela Chamorro, e a Administração da Fundação do Índio. Dessa maneira, foram recolhidas 35 caixas de arquivo, tamanho A4, as quais continham uma diversidade de tipos documentais<sup>15</sup>. O trabalho de tratamento físico desse montante de caixas, antes de sua digitalização, foi minucioso e demorado. A maioria das caixas de arquivo, boa parte de papelão e de tamanho A4, estava em péssimas condições. Os documentos no interior das caixas estavam em boas condições, mesmo os de mais idade, mas bastante empoeirados. Essa atividade foi feita por meio da colaboração voluntária de estudantes e por parte da equipe do CDR/UFGD<sup>16</sup>.

Entre julho de 2014 e agosto de 2015, parte dessa documentação foi sistematizada em forma de um catálogo das unidades documentais por meio de um projeto de iniciação científica orientado pelo Professor Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante. Nos primeiros meses de 2016 foi apresentado, sob a coordenação dos autores desse artigo, uma proposta ao edital Povos Originários do Ministério da Cultura (MinC/UFPE) cujo objetivo foi apoiar financeiramente projetos para a construção de acervos digitais a respeito da memória dos povos indígenas do país.

Foi assim que nasceu o *Memórias em conflitos*. O projeto foi contemplado com uma bolsa para “doutorado”<sup>17</sup> e quatro bolsas para “apoio técnico de graduação” a serem contratados por 12 meses. Foi a partir de então que a ação teve grande impulso, pois foi possível retomar a organização da parte documental já digitalizada nas primeiras ações no âmbito do projeto “História e historiografia indígena regional” e ainda retomar o processo de confecção do catálogo. A partir desse momento outro montante com 42 caixas de documentos foi levado ao Centro de Documentação Regional da UFGD.

---

<sup>15</sup> Tipos documentais: configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou, a natureza do conteúdo ou técnica de registro. Exemplo: ata de reunião administrativa, relatório de prestação de contas, contrato de trabalho, entre outros.

<sup>16</sup> Contribuíram nesse trabalho: Ivanir Martins de Souza, bibliotecária-documentalista do CDR, os acadêmicos Vinícius Garcia, Hebert Garcia e as acadêmicas, Natália Molossi e Meghan Maiara.

<sup>17</sup> Acadêmico José Augusto Santos Moraes. Apoio de graduação: AluÍzia Freire; Débora B. F. do Nascimento; Douglas B. Lara; Geovanna C.S.D. Andrade; LaÍsa M.R. Nunes; Lucas A. Catsossa; Poliana R. da Rocha e Raul M. Passianoto.

Então, o *Memórias em conflitos* nasceu com uma herança acumulada de trabalho e de material de aproximadamente 3 anos.

Vale aqui uma ressalva. A aprovação do recurso financeiro para o projeto aconteceu logo após o desfecho do golpe parlamentar que culminou com o impeachment da presidente Dilma Rousseff em abril de 2016 e, uma das primeiras ações do governo que então se apoderou do poder foi o questionamento das atividades do Ministério da Cultura. Embora se tratassem de recursos já aprovados, recebemos apenas parte do total conquistado por meio do edital (cerca de 32,40% do valor acordado), o que permitiu permanecer com os referidos bolsistas apenas entre os meses de julho a dezembro de 2016. Uma saída foi submeter a mesma proposta ao edital interno de extensão da UFGD, destinado a projetos a serem executados nos anos de 2017 e 2018. Foi assim que, mais uma vez, conseguimos novo fôlego e a garantia de um bolsista de graduação para esses dois anos, além de um razoável valor em material de consumo.

É via projeto de extensão, com apoio institucional, que as atividades estão sendo desempenhadas até o presente momento e a expectativa é concluir todo o trabalho até o mês de dezembro do corrente ano<sup>18</sup>. Além da pesquisa de iniciação científica mencionada anteriormente, outros 3 pesquisadores já fizeram uso de documentos desse acervo nos últimos 3 anos<sup>19</sup>.

A digitalização de acervos é uma ferramenta auxiliar na preservação documental, pois o produto final inibe o contato do usuário com a matriz do documento (em geral em condições não muito boas). Além disso, proporciona o acesso e a difusão numa escala sem medida, sobretudo se disponível *on line*.

O arquivo documental da Coordenação Regional de Ponta Porã (CRPP/FUNAI) é composto por documentos de natureza administrativa de grande valor histórico tanto para a história do indigenismo, quanto para a história dos povos Guarani e Kaiowá que tradicionalmente ocupam a região do

---

<sup>18</sup> No momento a acadêmica Poliana Recalde da Rocha, do Curso de Graduação em História da UFGD, tem desempenhado a função de bolsista.

<sup>19</sup> Trata-se da dissertação de Felipe Megeredo Correa intitulada “O trabalho indígena na Usina Passa Tempo em Rio Brillhante-MS (1980 e 1990)”; da tese de Jocimar Lomba Albanez intitulada “Economia madeireira (1970-1985): o Cone Sul de Mato Grosso (do Sul) sob os ditames da modernização conservadora” e do livro organizado por Graciela Chamorro e Isabelle Combès intitulado “Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais”, obra que reúne diversos pesquisadores.

sul do atual estado de Mato Grosso do Sul<sup>20</sup>. Trata-se de uma temática de estudo extremamente relevante para as pesquisas acadêmicas desenvolvidas no Estado, em especial na UFGD, bem como de interesse para organizações indígenas e indigenistas do próprio MS ou de outras localidades. Temática com a qual os membros da equipe executora têm ampla familiaridade, tanto no que se refere à análise documental, como no manejo/organização das fontes.

Em síntese, o projeto justifica-se: (1) porque o acervo é relevante e ainda foi pouco utilizado para a escrita da história indígena e do indigenismo; (2) porque pretende uma aproximação de tópicos relevantes e atuais da história indígena, como é o caso dos conflitos fundiários envolvendo proprietários rurais e indígenas no sul do Estado; (3) porque a digitalização e criação de instrumentos de pesquisa facilitará e motivará o uso dessas fontes; (4) porque poderá contribuir para que novas pesquisas a respeito da temática indígena sejam futuramente desenvolvidas e (5) por que diz respeito à um dos estados de maior população indígena em situação de conflito por terras, com destaque para a proximidade das áreas pretendidas e das áreas urbanizadas.

A história indígena do século XX no Brasil, com destaque para a região sul do antigo Mato Grosso e posteriormente sul do Mato Grosso do Sul, não pode prescindir de uma coleção de documentos produzidos por agentes do indigenismo oficial e pelos próprios indígenas da região que não raro dirigem-se ao órgão indigenista por meio de documentos escritos. A periodização desse projeto inicia-se na década de 1960, por ser este o período em que o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi extinto e foi criada (1967) a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e porque a partir desta data os documentos por ela produzidos ficaram nas respectivas regionais da entidade.<sup>21</sup> Foi nessa mesma época que a FUNAI instalou na cidade de Amambai/MS uma Administração Executiva Regional, então responsável por todo o extremo Sul do estado de Mato Grosso. Nos anos 2000, a FUNAI reestruturou-se transformando a Administração Executiva Regional de Amambai/MS em um Núcleo de Apoio Local subordinado à recém criada Administração Executiva Regional do Cone-Sul, com sede em Dourados-MS.

Em 2010, a FUNAI implantou uma nova reestruturação aprovada em 2009, com isso foram criadas a Coordenação Regional de Ponta Porã e a Coordenação Regional de Dourados, independentes entre si. No que toca aos

---

<sup>20</sup> Mato Grosso do Sul foi criado em 1977 e implantado em 1979; originou-se da divisão do estado de Mato Grosso.

<sup>21</sup> Toda a documentação do SPI, teoricamente, está sob guarda do Museu do Índio no Rio de Janeiro.

arquivos anteriores aos anos 2000, produzidos pela extinta Administração Regional de Amambai, os mesmo foram assumidos pela Coordenação Regional de Ponta Porã, de modo que a parte mais significativa dos arquivos do indigenismo oficial empreendido na região Sul do atual Mato Grosso do Sul fazem parte desse arquivo.

A criação da FUNAI ocorreu no contexto da ditadura militar (1964 a 1985) de maneira que fez parte das ideologias e políticas desses governos para promover a expansão político-econômica, em especial, nos interiores do país. Foram desdobramentos dessas ações a construção de estradas, hidrelétricas, extração de minérios, expansão da agricultura e da pecuária. Nesse âmbito, os diferentes povos indígenas foram diretamente afetados. O chamado “Relatório Figueiredo”, documento de mais de 7 mil páginas produzido em 1967 pelo promotor Jader Figueiredo com base nas Comissões Parlamentares de Inquérito que funcionaram em 1955 e em 1963, revela como os povos indígenas foram objetos de uma estrutura de poder autoritário e repressor, com expropriações (materiais e simbólicas) durante o período de atuação do SPI, contemplando os anos iniciais do regime dos governos militares. A Comissão Nacional da Verdade - CNV, apesar de não ter se aprofundado em muitos aspectos da repressão aos indígenas pela ditadura, trouxe a lume importantes elementos que permitem afirmar que os indígenas estão entre os mais afetados pelo autoritarismo, inclusive em número de mortos<sup>22</sup> (BRASIL, 2014).

No âmbito local, foi a época da expansão da monocultura, do desmatamento em grande escala e da “descoberta” de grupos indígenas que tinham se embrenhado nas matas quando suas terras começaram a ser ocupadas intensivamente por não indígenas.

A Constituição Federal de 1988 foi um divisor de águas no que se referiu ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, em especial, no respeito/direito à diferença (Art.231) e garantia ao usufruto de seus territórios<sup>23</sup>. O Artigo 232 também conferiu aos indígenas e às suas organizações a legitimidade para ingressar em juízo na defesa de suas causas. Essa nova perspectiva contrariou o ideal que fundamentava as ações do SPI/FUNAI caracterizadas até então pela perspectiva de assimilação dos povos indígenas. Com o texto constitucional começou uma fase de consolidação de

---

<sup>22</sup> Ao menos 8.350 indígenas foram mortos em decorrência de ação ou omissão de agentes estatais durante o período investigado pela CNV (1946-1985). (BRASIL, 2014, p. 199).

<sup>23</sup> Sobre este tem ver o artigo “Terra indígena”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico (CAVALCANTE, 2016).

direitos dos povos indígenas que passaram a ter reconhecido as suas diferenças étnicas, bem como o direito à organização e luta em prol de suas necessidades.

A partir desse novo cenário, o estudo do passado e do presente dos povos indígenas conquistou, ao longo dos anos, espaço em instituições de pesquisa, órgãos indígenas e indigenistas. Com esse fim, a preservação de acervos documentais que possibilitem o acesso às informações sobre o passado desses povos tornou-se uma tarefa importante e necessária. Ao longo dos mais de cem anos de atuação do SPI à FUNAI, foram produzidas uma grande e diversificada soma de fontes documentais ligadas ao funcionamento desses órgãos. Tais documentos encontram-se espalhados pelos diversos setores da atual FUNAI, bem como em instituições de pesquisa como Museu do Índio. Tais vestígios do passado são de extrema importância para o estudo da história e da memória dos diferentes povos afetados pelo referido órgão indigenista, daí a relevância dos arquivos institucionais, acervos públicos digitais e impressos, bem como a confecção de guias e catálogos que possibilitem o acesso à informação registrada em tais suportes.

Nesse sentido, o material produzido pela entidade indigenista na época, é uma fonte inevitável para refletir sobre o passado e o presente indígena e avaliar o protagonismo indigenista, dos agentes indigenistas e dos outros setores da sociedade envolvidos nesses fatos históricos, em especial, no que se refere às disputas de terras. Cabe ressaltar que o Mato Grosso do Sul possui uma das maiores populações indígenas do país, um altíssimo índice de violência contra os grupos indígenas (assassinatos, agressões) e de suicídios, a maior parte ligada diretamente às disputas por terras ou à falta (simbólica e material) da mesma.

A seguir são apresentadas como foram (desde 2013) e estão sendo desenvolvidas as etapas do trabalho no âmbito do atual projeto. Cabe ressaltar que essas fases levaram em consideração as instruções contidas no manual “Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes, publicação do Conselho Nacional de Arquivos” (CONARQ, 2010).

## **1ª ETAPA: SELEÇÃO E TRATAMENTO DOS DOCUMENTOS**

O arquivo que abriga a documentação que dará origem à Seção *Documentos da FUNAI de Ponta Porã* é formado por mais de 300 caixas de arquivo (polionda e papelão) em condições regulares, tanto no que se refere ao acondicionamento quanto ao estado dos suportes documentais (papel). A maior parte dos conjuntos documentais das caixas estava separada, sem cliques ou

encadernações, resultado de uma organização – ou pré-organização – anterior, na própria FUNAI.

O primeiro passo, então, foi a seleção das caixas que tratavam do tema “disputas de terras, ou conflitos” ou temas correlatos como “reivindicações jurídicas”, além da documentação produzida no âmbito do funcionamento da entidade produtora como “ofícios, atas, relatórios, radiogramas, processos etc.”.

No CDR as primeiras atividades envolveram a verificação do estado de conservação dos documentos e sua posterior higienização. Esse trabalho foi moroso e minucioso. Para tanto, foi observado o respeito ao “fundo original”, ou seja, manteve-se a ordem interna e a identificação original de cada caixa, com o fim de preservar seu contexto de produção e inserção no conjunto no acervo integral.

A higienização correspondeu, basicamente, à retirada de poeira ou qualquer resíduo estranho aos documentos – ainda que tenha sido aplicado aos suportes com “boas intenções”, tais como fitas adesivas, grampos etc. Trata-se de um processo que se restringe à superfície do documento e que, portanto, é feita à mão e a seco (BELLOTTO, 1996; CAZARES, 2000).

Uma parte das caixas não precisou passar por um processo de limpeza profundo, pois apresentava boas condições de limpeza. Os principais resíduos/corpos foram a poeira e os grampos. Não foram encontrados agentes biológicos, como baratas, brocas, ratos; pouquíssimas traças. Após a limpeza, os documentos foram devidamente acondicionados em novas caixas de arquivo, nas quais se manteve as identificações originais. Após esse processo, as caixas seguiam para a digitalização. Convém lembrar que, além de contribuir para a conservação dos suportes, a higienização foi fundamental para o correto uso dos *scanners* alocados no CDR.

## **2ª ETAPA: ESCANEAMENTO**

Foram utilizados dois scanners, A4, com passagem interna e reprodução sequencial e um scanner A3 de mesa, o qual foi mais utilizado para os documentos que apresentavam maior degradação, bem como as publicações ou encadernações (livros, folhetos, relatórios) cujas folhas não podiam ser separadas.

O processo de escaneamento objetivou garantir o máximo de fidelidade dos suportes originais e o representante digital. Dessa forma, foram preservadas anotações, ou qualquer outro sinal impresso nos documentos; para tanto, quando necessário, também foram digitalizados os versos dos suportes.

O passo seguinte à digitalização integral de uma caixa específica foi a conferência, documento por documento, entre o original e o digital. Essa é, sem dúvida, uma das atividades mais demoradas e que requer muita atenção; do total de caixas já digitalizadas aproximadamente 35 foram conferidas.

Uma vez concluído o escaneamento de uma caixa específica, os documentos foram acondicionados numa caixa nova, que foi devidamente identificada com as informações originais. Os representantes digitais, convertidos no formato PDF pesquisável, eram salvos em um computador base e em um HD externo (backup); assim, fechava-se o primeiro ciclo.

O passo seguinte foi a confecção de um catálogo (ainda não concluído) que possibilita acessar as informações gerais das caixas e das unidades documentais. Nesse instrumento de pesquisa, buscou-se identificar o nome das áreas indígenas para cada volume documental, bem como as datas iniciais e finais da documentação. Quando possível, também foram identificados nomes pessoais, institucionais, com o fim de auxiliar os pesquisadores no acesso às informações. Cabe ressaltar que no catálogo está sendo mantida a grafia original dos documentos; assim, há divergências ortográficas, por exemplo, com o nome de aldeias (Teique, Teicuê), das etnias (Kaiowá, Kaiuá), de eventos/festas indígenas (Aty Guassu, Atiguassu) etc. É uma especificidade desse tipo de documentação, já que se referem a pessoas que transitam entre a Língua materna, o Guarani, a Língua Portuguesa e em menor grau a Língua espanhola falada no país vizinho, o Paraguai, que também abriga a Língua Guarani, com alguma variação do falado pelos indígenas no Brasil.

Neste momento, o projeto conta com 77 caixas de arquivo A4 digitalizadas, num total de 2.667 pastas, 23.421 unidades documentais, num montante de 10,78 metros lineares e com 101,56 Gigas de tamanho digital. A maior parte do trabalho que ainda resta está centrada na confecção do catálogo e na conferência dos suportes físicos com os digitais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação da informação, gravada nos diferentes suportes que hoje constituem o grande universo que os historiadores denominam de “documento”, somente é possível após a preservação física e intelectual dos acervos, dos suportes. Daí ser a preservação documental uma das tarefas que esses profissionais também podem auxiliar.

No caso dos documentos aqui abordados, trata-se de um volume que cobre praticamente todas as áreas indígenas do sul de Mato Grosso do Sul num período próximo de 40 anos. É um recorte espaço temporal portador de muitas histórias, memórias e conflitos e, entre esses últimos, as disputas pela própria escrita/narrativa historiográfica ou da história. Quem conta/escreve, como o faz e a partir do que o faz?

Os povos indígenas não desapareceram e, na verdade, suas histórias estão onipresentes, moldando novas unidades, culturas e identidades; e “ter uma identidade é ter uma memória própria. Por isso a recuperação da própria história é um direito fundamental das sociedades” (CUNHA, 1992, p. 11; 20).

Ter a oportunidade de mergulhar num universo documental produzido pelo Estado em relacionamento com os povos indígenas é perceber que os discursos impressos nos suportes se mostram contraditórios e ambíguos para com os essas pessoas, pois lhes reconhece a cidadania e paralelamente lhes reduz direitos e serviços sociais básicos (BAINES, 2012, p. 37).

Nesse âmbito, a construção da seção documental por meio do *Memórias em Conflitos* poderá contribuir para que os próprios Guarani e Kaiowá possam instrumentalizar unidades ou conjuntos documentais e desse modo atribuir significação e lugar à sua própria temporalidade.

## REFERÊNCIAS

- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BAINES, Stephen Grant. Identidades e protagonismo político indígena no Brasil após a Constituição Federal de 1988. In: PIMENTA, José; SMILJANIC, Maria Inês. *Etnologia indígena e indigenismo*. Brasília: Positiva, 2012. p. 31-51.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Textos Temáticos*. Volume II. Brasília: CNV, 2014.
- BELLOTTO, H. L.; CAMARGO, A. M. A. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas Brasileiros, 1996.
- CASSARES, N. C.; MOI, C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan.-jun. 2011.
- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. "Terra indígena": aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. *História*, São Paulo, vol. 35, e. 75, p. 1-22, jul. 2016.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Normas brasileiras de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. *Discurso e arquivo: experimentações em análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Por uma história indígena e do indigenismo. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 125-131.
- \_\_\_\_\_. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul./dez. 2012.

MONTEIRO, John Manuel (Org.). *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Acervos Brasileiros. Acercos das Capitais*. São Paulo: USP: FAPESP, 1994.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. Da importância de pesquisarmos história dos povos indígenas nas universidades públicas e de a ensinarmos no ensino médio e fundamental. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 15, n. 35, p. 9 – 20, jul./dez. 2014.

Recebido em: 10/03/2018

Aprovado em: 10/04/2018